

ACTA Nº 02/2007

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO MÊS DE MARÇO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA CATORZE DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E SETE. -----

Aos catorze dias do mês de Março do ano dois mil e sete, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 - Apreciação e Votação do Regulamento do Parque de Estacionamento do Centro Cultural de Ílhavo (regulamento interno de exploração); -----

Ponto 2 - Apreciação e Votação do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração e Utilização Onerosa (Parcómetros) da Cidade de Ílhavo (Proposta de Alteração); -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Permuta do Imóvel do Estado (Antiga Escola Preparatória de Ílhavo) pelo imóvel propriedade do Município (terrenos onde está implantada a actual Escola do Ensino Básico EB 2,3 de Ílhavo) nos termos acordados com a Direcção-Geral do Património; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Extinção e Liquidação da Fundação Santa Maria Manuela; -----

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Alteração da Heráldica Municipal. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA. -----

A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira, e pelos primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho. -----

PRESENÇA DO EXECUTIVO -----

Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. -----

FALTAS -----

Eduardo Ferreira, apresentou um pedido de justificação de falta por se encontrar ausente do Concelho por motivos profissionais. Por esse motivo é substituído, pelo que se segue na lista, João Álvaro Ramos. -----

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO: -----

Presente o seguinte requerimento: -----

“Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo -----

Pedro Tróia, membro da Assembleia Municipal, grupo do PS, vem nos termos do regimento, requerer a V.Exa a suspensão do mandato pelo período de 6 meses, por motivos profissionais. -----

P. V.Exa deferimento: -----

Ass: Pedro Tróia -----

A Assembleia de Ílhavo tomou conhecimento, passando a substituição a ser feita pelo membro imediatamente a seguir na lista, João Canha Lopes. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a presença de: António Neves Vieira, Humberto Rocha, Carlos Sarabando, Álvaro Ramos, José Canha Lopes, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Josué Teixeira, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Cláudia Santos, Nuno Torres, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira, João Ramos, Rui Pereira, Hugo Coelho, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1- Apreciação e Votação do Regulamento do Parque de Estacionamento do Centro Cultural de Ílhavo (regulamento interno de exploração); -----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Inicia a sua intervenção dizendo que o documento apresentado foi alvo de um conjunto de reuniões entre as equipas técnicas, neste caso da especialidade de direito da Câmara Municipal e do consórcio J.Gomes/BB e mais recentemente com a empresa Illipark, que as duas empresas constituíram para especificamente fazer a exploração deste parque de estacionamento. -----

Como resultado final é um trabalho de equipa, dada responsabilidade política e formal da Câmara ser total em relação ao parque e a responsabilidade deles derivar do próprio contrato assinado no âmbito da

construção do Centro Cultural de Ílhavo, do qual deriva as obrigações que são preparatórias para a gestão do novo parque de estacionamento. -----

O regulamento é normal e os valores apresentados foram verificados com situações similares em municípios próximos, nomeadamente Aveiro. Indica que o parque tem condições formais preparadas ao nível do registo na Conservatória daquela fracção e da sua formal entrega à empresa para que possa entrar em actividade. Diz esperar aprovação do regulamento pela Assembleia Municipal, para que o parque possa entrar em funcionamento no dia 10 de Abril, sendo disponibilizado livremente a todos os cidadãos e dar uma nova capacidade à Cidade, mesmo antes da obra estar plenamente terminada. -----

Pede desculpas pela omissão da planta da cave do estacionamento para que a Assembleia tivesse uma noção de como é que se organiza o espaço, planta essa que foi entregue no início da reunião. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Menciona que, comparados com outros parques vizinhos, as taxas apresentadas no regulamento são acessíveis. Pergunta se a inauguração do Parques está prevista para o dia 10 de Abril.

JOSÉ LOUREIRO: Pergunta qual foi a data em que foi assinado o contrato de direito de exploração do Parque de Estacionamento do Centro Cultural de Ílhavo, incluindo o direito de exploração da Zona de Parqueamento à Superfície. Solicita esclarecimento sobre qual o valor imputado ao Parque de Estacionamento inferior do Centro Cultural de Ílhavo, qual o número de lugares existentes no Parque de Superfície e qual a receita do Parque Exterior em 2006.

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: ----- **1ª**

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Informa o membro Flor Agostinho que está previsto no dia 10 de Abril, o parque abrir ao público em regime normal, entrando em vigor o regulamento e a aplicação das taxas. No dia 09 de Abril, irá fazer-se somente uma apresentação pública do parque. Será feita neste modelo, porque a inauguração do Centro Cultural decorrerá durante vários dias e porque se pretende de imediato fazer o marketing do parque, de forma a publicitar um serviço novo disponível. Assim, e numa ambiência de Feriado Municipal, aproveitará para fazer o anúncio, para que o máximo de pessoas venham a saber que o parque vai abrir no dia seguinte, permitindo livre acesso para conhecer o espaço.

A data de assinatura do contrato. Foi no dia 01 de Março e o valor imputado ao parque de estacionamento foi de 1,9 milhões de euros.

VOTAÇÃO: Submetido este assunto a votação, foi deliberado por maioria, com 17 votos a favor (16 dos membros do PSD e 1 voto do Membro do PP), 8 abstenções (7 dos membros do PS e 1 do membro da CDU). Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta.

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 - Apreciação E Votação Do Regulamento Das Zonas De Estacionamento De Duração E Utilização Onerosa (Parcómetros) Da Cidade De Ílhavo (Proposta De Alteração); -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

Começa por dizer que a área em questão está integrada na concessão do parque de estacionamento do próprio Centro Cultural. Portanto, a área de estacionamento à superfície na zona próxima do Centro Cultural, que abrange a rotunda junto à CMI, com a EN 109.

Diz que o proposto respeita a alteração com base num pressuposto de negociação e de acordo entre o consorcio e a Câmara, do regulamento em vigor, nomeadamente taxas e regras. Justifica que se pretende que o estacionamento à superfície seja ligeiramente superior ao outro, de modo a que por razões urbanas e questões ambientais, as pessoas privilegiem o uso do parque de estacionamento subterrâneo em detrimento da utilização à superfície.

Conclui dizendo que o regulamento apresentado é simples, objectivo, para que o normativo seja acessível a todos aqueles que são potenciais utilizadores, por isso, é que foram aprovados na Câmara Municipal e propomos à Assembleia Municipal para aprovação.

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: - Interroga qual o número de lugares existentes no parque à superfície.

Comenta que o preço proposto para cobrança é superior ao cobrado na Cidade vizinha, Aveiro. Relativamente ao ano transacto, pergunta quais os valores da receita obtidos pela Câmara Municipal o no parque de superfície.

Termina questionando, qual será a actuação da GNR numa zona gerida por uma entidade privada.

JOÃO RAMOS: Dado ter um compromisso por um período de 50 anos, pergunta qual o numero de lugares e receita prevista.

Questiona, qual a competência da GNR numa zona gerida por uma entidade privada.

FLOR AGOSTINHO: Acha ser redundante, discutir verbas e comparar valores, visto que já foi discutido anteriormente pela Assembleia Municipal, aquando da atribuição da concessão de exploração do referido espaço à empresa construtora, atribuir-lhe o direito de exploração dos parques. Diz que é o honrar de compromisso assumido pela Câmara há aproximadamente 3 anos, aquando do concurso, da adjudicação e do contrato com a empresa indicando a exploração por 50 anos. Conclui que o modelo das parcerias público/privadas é a filosofia que entrou em vigor no País.

Apesar de haver um grande numero de fecho de hospitais para depois abrirem empresas privadas do ramo ao lado e da oposição local não compreender que são melhores os projectos públicos/privados, diz que o caminho do futuro é a existência de uma simbiose e o acordo de sintonia e de simples relacionamento económico/financeiro com os privados, pois os orçamentos públicos tem tendência a esgotar-se dadas cada vez mais as necessidades sociais, falhando o financiamento da área social, cultural, educacional e de saúde. Comenta que se não forem os privados a financiar e a fazer as obras usufruindo dos lucros da mesma, o País paralisará.

Termina dizendo que esta nova ideologia é a nova pratica que esta a ser implementada no País como também na Europa.

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----2ª

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Informa o membro José Loureiro que os lugares de estacionamento à superfície são aproximadamente entre cem e cento e vinte. Não poderá informar com rigor qual foi a receita da Câmara de 2006, visto serem informações prestadas pelos serviços administrativos, daí ser necessário solicitar essas informações antecipadamente aos serviços para serem transmitidas.

Tendo as noção de que os preços do parque de estacionamento à superfície são em média mais caros do a nossa cidade vizinha de Aveiro, indica que está a ser feita uma abordagem diferente, isto é, pretende-se que quem venha ao centro da cidade tenha como primeira prioridade de escolha de estacionamento o parque do Centro Cultural, tendo ainda como opção duas zonas de estacionamento gratuitas junto ao pavilhão capitão Agualuza Nordeste e ao Parque Urbano da N.^a Sr.^a do Pranto e por fim, como opção, a zona de estacionamento pago à superfície.

Relativamente às questões colocadas pelos membros José Loureiro e João ramos sobre a actuação da GNR diz ser esclarecedor no seu regulamento no artigo 10º, onde diz "A fiscalização do cumprimento do disposto no presente regulamento, compete à GNR". Diz ainda que a entidade administrativa é a Câmara Municipal e a autoridade policial executa o que for indicado pela autoridade administrativa. O artigo 11º diz que quem faz a gestão dos parcometros são os funcionários da concessionária e não os da Câmara.

Ao membro João Ramos, diz que o assunto já fora esclarecido pelo Flor Agostinho, como também já fora discutido na Câmara e na Assembleia Municipal, onde se aprovou um modelo de concurso, para um período de 50 anos.

Tece comentários quanto à análise de contas efectuada, referindo que aquando da candidatura aos Fundos Comentários houve diferenciação, porque não se apresentou o parque de estacionamento, nem as lojas, mas unicamente os valores respeitantes à componente cultural. Neste caso, a empresa que ganhou o concurso, valorizou em um milhão e novecentos mil euros, e por isso, ponderado estes factores, o consórcio ganhou o concurso. Daí a opção de entregar o contrato de exploração, por um período longo, sob pena de não haver entidade para o construir e para o explorar.

Quanto à intervenção do membro Flor Agostinho, relembra que este processo se iniciou com um concurso público, onde foi atribuído ao empreiteiro a responsabilidade de construção, de explorar por cinquenta anos o parque de estacionamento do edifício, assim como o de superfície e ficar proprietário de seis lojas, tendo ganho o consórcio J.Gomes/A.B.B.

Demonstra que é uma parceria público/privado para cumprir principalmente objectivos de interesse público, como também os de interesse privado.

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:

JOÃO RAMOS: informa o membro Flor Agostinho que tem conhecimento do que está referido na al. e) e nos termos do disposto das condições de execução da referida empreitada, o compromisso dos 50 anos, e o policiamento ser feito pela GNR, mas queria obter confirmação verbal, porque é sempre correcto questionar e opinar.

JOSÉ LOUREIRO: Diz que fazendo os devidos cálculos aos lugares de estacionamento disponíveis chega à conclusão e ao contrário do que foi dito pelo membro Flor Agostinho, que em Ílhavo, o parque de estacionamento exterior é bem mais caro do que em Aveiro.

FLOR AGOSTINHO: Esclarece que o que se estava a referir ao parque de estacionamento subterrâneo, ao dizer que os preços eram inferiores aos praticados em Aveiro, Diz ainda que este modelo não é alternativa política, mas sim económico/financeira.

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

3ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): subscreve a referência do membro João Ramos e agradece as intervenções do PSD e da CDU, pelo facto de participarem no debate expressando a sua opinião e questionando ser anormal quem não o faz. Não questiona o exercício financeiro feito pelo membro José Loureiro, mas diz ser discutível. Assim, informa que a Câmara disse ao mercado que pretendia fazer uma obra com uma entidade que oferecesse a exploração de um área de estacionamento automóvel, e da propriedade de seis lojas. Assim, deduz que tenham havido estudos económicos para os concorrentes tomarem a sua decisão, tendo a Câmara tomado a sua decisão apreciando todos os factores.

VOTAÇÃO: Submetido esta proposta de regulamento a votação, foi deliberado aprovar por maioria, com 16 (dezasseis votos dos membros do PSD), 1 voto contra do membro da CDU e 8 abstenções (sete dos membros do PS e 1 do membro do PP). Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta.

Ponto 3- Apreciação e Votação da Permuta do Imóvel do Estado (Antiga Escola Preparatória de Ílhavo) Pelo Imóvel Propriedade Do Município (Terrenos Onde Está Implantada a Actual Escola EB 2.3 De Ílhavo) nos Termos Acordados Com a Direcção Geral do Património.

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:

Começa por indicar que irá expor os principais passos percorridos até à aprovação da Câmara e à apresentação desta proposta à Assembleia para se fechar o negócio que a Câmara Municipal propôs à Direcção-Geral do Património, há oito anos. Diz que a Câmara Municipal fez um trabalho de parceria institucional com o Ministério da Educação para que o Município, na Cidade de Ílhavo se construísse uma escola nova. Nesse pressuposto, a Câmara Municipal de Ílhavo, arranjou um Plano de Pormenor nas Cancelas, escolhendo a localização da escola e desenvolvendo todo o trabalho de aquisição de terrenos.

Aquando do final da construção da escola, a Câmara muda de titularidades, exercendo este executivo funções desde Janeiro de 1998. Feita a activação da nova escola ficou por decidir qual o destino da escola velha. A câmara, antes da escola ser desactivada, suscita formalmente a questão ao Ministério da Educação titular do edifício, a sua entrega em propriedade à Câmara Municipal de Ílhavo, tendo sido esclarecidos que o pedido deveria ser efectuado à Direcção-Geral do Património.

Iniciado o processo, a Direcção-Geral do Património solicita cento e vinte mil contos para entrega da escola, o qual a Câmara contestou, porque entendeu que o custo dos terrenos e das infra-estruturas para a construção da nova escola tinham custado um valor similar. Diz ter havido um conjunto de vicissitude, nomeadamente ao nível de contas, mudança de governos e de Directores-Gerais do património, entre outras.

Chegou-se a um acordo com o anterior Director-Geral, Dr. Francisco Ramalho, fazendo-se uma permuta Formal das propriedades, surgindo então, a proposta da Câmara Municipal para receber em propriedade plena o antigo edifício da Escola Preparatória. Assim, a Câmara tratou das formalidades relacionadas com as escrituras dos terrenos, o seu registo e a transformação dos vinte e dois artigos em um só, permitindo assim a efectivação da permuta, diz que depois o Directo-Geral do Património chama à atenção para a

falha de um procedimento formal que é, a avaliação dos terrenos a receber, visto já ter sido feita a da velha escola. Com um novo Director-Geral, Dr. Durães, a D.G.P avalia, de acordo com o previsto no PDM, as capacidades de construção, de comércio e habitação, para aquela zona, dando o valor de 2,3 milhões de euros. Feitas as avaliações, questionam por ofício se a Câmara quer fazer a permuta com os dois valores de referência. Embora não concordando com o procedimento de avaliação, a permuta proposta pela Câmara Municipal em Dezembro de 2004 foi aceite pela DGP que procedeu a uma formatação administrativa diferente, conforme dossier apresentado.

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS

RUFINO FILIPE: comenta se não seria mais fácil a D.G.P tomar esta decisão há nove anos atrás do que ter deixado o edifício degradar-se.

Aguarda da Câmara postura para obter dinheiro para cumprir o prometido que é a construção de um Centro de Artes e Ofícios.

Diz que o dossier demonstra os esforços desenvolvidos para a resolução deste e de outros assuntos relacionados com o desenvolvimento do município, por isso, destaca a carreira de tiro da Gafanha de Aquém, que se torna menos um obstáculo à criação de novas infra-estruturas naquela zona.

JOÃO RAMOS: é a sua opinião que esta medida foi inteligente e não oportunista, mas sim oportuna, mesmo que tivesse atribuído um décimo do valor à antiga escola preparatória, era sempre uma boa medida.

FLOR AGOSTINHO: Congratula-se por ver ter chegado ao fim um processo referenciado várias vezes em Assembleia Municipal. Ficou mais uma vez demonstrado o processo de trabalho moroso dos organismos públicos.

Comenta que o edifício era um equipamento sem dono, mas havia uma tentativa da Câmara de usufruir deste espaço, e se estivesse ao corrente dos acontecimentos, o edifício poderia ser posto à venda em hasta pública, como tantos outros.

Agradece ao Presidente a persistência, porque assim ter-se-á um edifício vocacionado para a formação e para a educação. No entanto, manifesta alguma preocupação quanto a este assunto, porque no actual edifício existem algumas associações que utilizam o espaço para o desenvolvimento das suas actividades. Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): agradece a intervenção do membro Rufino Filipe.

Defende que o edifício deva manter a ambiência da sua história em termos de utilização, entendendo como solução importante, que as comunidades cultivem e a guardem bem na sua memória, mantendo-o ligado às artes, à educação, à formação, aos ofícios.

Embora sejam diferentes, concorda com o membro Rufino Filipe comparar este dossier com o da Carreira do Tiro, o qual será apresentado formalmente a esta Assembleia Municipal em tempo oportuno.

Agradece as referências dos membros João Ramos e Flor Agostinho, comentando que a Câmara é parceira das associações, apoiando-as em questões formais, financeiras, logísticas, entre outras. Por isso, acredita que aceitarão o desafio de lhe dar vida, com imaginação, com destreza, com elevação e com qualidade, tendo de se arranjar novas soluções provisórias até se chegar à solução definitiva.

Termina dizendo que a obra já tem a sustentação financeira, tendo ocorrido a primeira reunião de trabalho no desenvolvimento de um bom projecto que será possível no final do ano de 2007 ou do ano de 2008, a obra física começar.

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS

JOSÉ LOUREIRO: avisa a Mesa quase discutiu o assunto da carreira de Tira que não fazia parte da Ordem do Dia.

RUFINO FILIPE: diz que o comentário do membro José Loureiro é despropositado, porque o dossier é um pouco complexo e não o deve ter lido, dado o mesmo fazer referência à desafectação da Carreira de Tiro da Gafanha de Aquém, também pertencente à DGP.

VOTAÇÃO: submetido este assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.

Ponto 4 – Apreciação e Votação da Extinção e Liquidação da Fundação Santa Maria Manuela;

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: começa por explicar que foi convocado o Conselho de Fundadores da Fundação Santa Maria Manuela à qual a Câmara pertence a pretexto de se fazer uma análise à proposta apresentada pela empresa Pascoal & Filhos, SA à Fundação, tendo como objectivo reabilitar o casco do Navio Santa Maria Manuela, voltando-lhe a dar as suas capacidades de navegação, numa lógica semelhante à que foi dada ao Navio Creoula.

Com base nos objectivos que levaram à constituição da Fundação Santa Maria Manuela e à adesão da Câmara Municipal, entendeu-se que a proposta apresentada é uma oportunidade para dar vida ao projecto para o qual não se tinha encontrado uma solução naquilo que são os modelos tradicionais, isto é, os recursos públicos. Orçamento de Estado, Orçamento da Câmara, ou das Câmaras Municipais, e Fundos Comunitários. Portanto, a Fundação Santa Maria Manuela teve o mérito de preservar o casco permitindo que fosse encontrada uma solução de sustentabilidade financeira para o investimento que ronda aproximadamente os valores entre os dois milhões e meio de euros e os cinco milhões de euros.

Esta propositura foi apresentada por uma empresa privada sediada no Município, na área portuária, com uma operação industrial, mas também envolvida em materiais de ambiência social, encontrando-se um dos sócios gerentes envolvido na vida do Museu Marítimo de Ílhavo.

Diz a empresa vê na reabilitação do Navio Santa Maria Manuela uma boa oportunidade para a sua imagem de marca, como uma nova forma de negócio e novo sector de actividade da empresa, afim de continuar a crescer e a remunerar os seus capitais, como também com fins de preservação histórica de promoção cultural ligado ao Município, ao porto, e à história da pesca do bacalhau à linha. Entendido ser um bom projecto, aprovou-se em reunião extraordinária do Conselho de Fundadores a aprovação do projecto e a extinção da Fundação.

No âmbito do projecto apresentado, explica que a Câmara Municipal, na sua pessoa, foi auscultada pela empresa, para ter um envolvimento institucional formal, quer no desenvolvimento do projecto, quer na recuperação do navio, tendo o apoio do Museu Marítimo, da Universidade de Aveiro, como entidade que desenvolve a investigação, que promove o conhecimento através da Fábrica Ciência Viva, e da Administração do Porto de Aveiro, entidade fundamental para o desenvolvimento do projecto e muito especialmente para o apoio à operação do Navio.

Crê ser uma boa oportunidade a forma correcta e equilibrada misturar capitais privados com o cumprimento de relevantes objectos de interesse público, por isso, este projecto é mais um exemplo das novas soluções que são boas oportunidades para as empresas privadas, mas são também boas oportunidades para o interesse público, neste caso, para a preservação e promoção de uma história e também para a promoção de uma cultura de mar, relação directa com o mar, que se pretende que a população do Concelho, da Região e do País venha a ter.

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram.

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS

MANUEL SERRA: no âmbito da discussão do ponto deixa o seu testemunho sobre o que significou a Fundação para o Santa Maria Manuela estar vivo. Assim, explica que o Santa Maria Manuela festeja setenta anos de existência e que foi um projecto do lugre veleiro da *White fleet*, sendo este audaz para os engenheiros portugueses e para os construtores navais daquele ano de 1937, visto que até à data só se construíram navios para a pesca à linda em madeira, e os Navios Santa Maria Manuela, Creoula; Argus, pretendiam com a sua construção em aço serem navios modernos.

Nos anos 90, deu-se o flagelo do abate de cerca de 70% da frota, o qual sendo um dos navios mais antigos teria esse destino. Nessa sequência, um grupo de diversas entidades do Conselho, nomeadamente, a Câmara Municipal de Ílhavo, a Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, a Câmara Municipal de Aveiro, a Junta de Freguesia de S. Salvador, e muitos outros, resolveram que, era preciso criar algo que fizessem com que o navio se mantivesse vivo. Por isso, em 20 de Dezembro de 1995 foi criada a Fundação Santa Maria Manuela, a mesma não conseguiu obter os meios financeiros para angariar os cerca de trezentos ou quatrocentos mil contos de então, para poder recuperar o navio, mas conseguiu sobre a forma de mecenato manter o sonho, até que em Maio de 2005, verificou-se que o navio estava em risco de ir ao fundo, tendo sido acolhido pelo estaleiro Naval Ria para reparação.

Estudada a problemática, a empresa Pascoal & Filhos, apresentou uma proposta que resolverá a situação. Felicita todos aqueles que contribuíram para que o Santa Maria Manuela ainda possa flutuar e deseja o maior sucesso para aqueles que acreditam que o mesmo não deve morrer.

Votará favoravelmente a extinção da Fundação Santa Maria Manuela, não porque a Fundação Santa Maria Manuela não tenha prestado um extraordinário trabalho ao navio, mas sim, porque ela contribuiu para que o mesmo chegasse aos dias de hoje.

MÁRIO JÚLIO: Manifesta a sua satisfação pela nova etapa que o Santa Maria Manuela está a viver.

Espera que a empresa que decidiu abraçar este projecto encontre solução financeira para o concretizar e que encontre a solução técnica para a recuperação do navio.

Desejar que os Velhos de Restelo continuem a falar, porque são incentivo para as pessoas lhes mostrar que o empreendimento vai avançar

FLOR AGOSTINHO: tendo o Professor Roque em 29 de Junho de 1995 alertado para esta situação, apelando a uma solução, refere que na altura pretendia-se recuperar o navio com fundo do erário público, prevendo-se etapa difícil porque dificilmente as instituições públicas teriam processo ou maneira de subsidiar a Fundação, dado na época não se falar em parcerias público/privado.

É com grande satisfação que vê a solução para o problema, sendo apresentado um plano proposto por instituições públicas, como seja a Câmara, o Museu, a Universidade de Aveiro, o Porto de Aveiro.

Diz que o PSD sempre defendeu e continuará a defender o bom relacionamento entre públicos e privados, portanto, é com satisfação que vê a possibilidade de no futuro o navio estar a navegar.

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):

Agradece a intervenção explicativa do membro Manuel Serra. Subscrive a referência do membro Mário Júlio aos Velhos do Restelo, porque é importante o contributo de todos. Destaca que os obreiros são os que arriscam, investem, mas a insignificância daqueles que nada fazem revela a importância desses. Diz que a Assembleia Municipal é particularmente importante pela razão de tomar importantíssimas decisões e desenclhado dossiês.

Diz ser esse carácter substantivamente extraordinário que a Assembleia tem, que a torna de facto histórica, deixando alguns sem palavras e atónitos, tal é o carácter das decisões tomadas para o desenvolvimento do Município, para as empresas e para a qualidade de vida no Concelho.

VOTAÇÃO: Submetido este assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.

Ponto 5 – Apreciação e Votação da Alteração da Heráldica Municipal.

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:

Explica que a relação com a Comissão de Heráldica não é fácil porque é gerida por pessoas que não são profissionais, isto é, não é uma entidade que funcione a tempo inteiro. Portanto, a relação com a Comissão de Heráldica é sempre delicada, mas as questões são tratadas com eles. Dado existir um conjunto de materiais produzidos com a heráldica em vigor, em que se referência o Município com a palavra “Cidade” no brasão, entendeu-se não fazer sentido avançar com a mudança deitando fora um conjunto de medalhas, de guiões e de outros materiais, que a Câmara produziu nos últimos anos, encontrando-se no momento a preparação das comemorações dos 110 anos da Restauração do Município, fazendo todo o sentido proceder então à respectiva alteração.

Dado que o Município tem duas cidades, deixou de fazer sentido estar a palavra cidade em destaque. Daí se proceder à substituição da palavra Município, sabendo que as duas Cidades estão devidamente referenciadas na heráldica da sua freguesia.

Esta heráldica municipal motivou a Câmara apresentar à Assembleia Municipal para a aprovação para que se possa iniciar todo um processo de alteração dos elementos da nossa heráldica municipal.

Não tendo havido intervenções dos membros da Assembleia Municipal, submeteu-se de imediato à votação.

VOTAÇÃO: submetido este assunto a votação, foi mesmo aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.

O Presidente da Mesa informou que terminada a discussão dos pontos da Ordem do Dia, dá a Palavra ao público. Como ninguém do público se inscreveu para intervir, o Presidente da Assembleia deu por público.

Como ninguém do público se inscreveu para intervir, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião pelas 23:40 horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa.

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR _____ NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA __/__/__

Vou aqui

O Sr. Engº. João Ramos, colocou uma questão. Na prática agradeço ao Dr. Flor Agostinho que ela está respondida. Essa discussão foi feita aqui mesmo na Câmara e na Assembleia Municipal. Discutimos e aprovámos o modelo do concurso, e esse modelo de concurso teve a ver porque é 50 anos. Porque as experiências de outras Câmaras Municipais, e outras operações deste género, é que para o mercado não é aliciante este tipo de operação se não tiver um período de exploração longo. E porquê longo. Porque se não há retorno ao investimento. O Sr. Engº. faz contas. Pegando na capacidade do estacionamento no índice de utilização, no preço médio que os utilizadores vão pagar, veja só quanto tempo que é preciso para recuperar 1,9 um milhão e novecentos mil euros de valor afecto àquela componente, por um lado. E por outro lado, também podemos fazer as contas a quanto custou a construção, embora aí a conta é mais difícil de fazer porque há uma boa parte daquela estrutura que está na cave que também é importante para o que está em cima dela, como não podia deixar de ser. Mas também se faz esse valor. Na nossa candidatura aos Fundos Comunitários fizemos essa diferenciação. Não candidatamos aos Fundos Comunitários o parque de estacionamento, nem as lojas. Foi só a outra componente. A componente propriamente cultural. Portanto fizemos a diferenciação. A afectação de valores, naquilo a que respeita ao custo da obra.

No nosso caso, a empresa que ganhou o concurso, valorizou, disse que aquela parte

VOTAÇÃO: Submetido este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3: - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 28/11/06 a 29/01/07;

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

Destaca duas notas de dois acontecimentos muito importantes que decorreram neste curto período de tempo. Em primeiro, a elevadíssima importância da obra inaugurada no dia 18 de Dezembro com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Sr. Ministro das Obras Públicas, a Via de Ligação à A 17, incluindo também a obra da Via do Mercado, que são os quinhentos metros dessa ligação da Cidade de Ílhavo à Auto Estrada nº 17. Foi muito importante, porque marcou o final de um longo trabalho, visto que foi

uma obra que chumbou em dois estudos de impacte ambiental, e que passou no terceiro, tendo uma grande importância para a elevação da qualidade de vida dos nossos cidadãos.

A segunda, diz respeito à reabertura do Navio Santo André, tendo em simultâneo apresentado o programa das Comemorações dos 70 anos do Museu, e o mesmo sido anexado à exposição, afim de os membros terem conhecimento e poderem participar. É a comemoração de uma data que obviamente referencia o passado, mas que é utilizada para projectar o futuro lançamento para novos universos de Museu Marítimo que têm feito um caminho extraordinário nestes 70 anos da sua vida, e do qual são assinalados com um conjunto de iniciativas.

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

FLOR AGOSTINHO: Diz ser consensual, que efectivamente a Via de Ligação de Ílhavo à A 17, era uma obra de grande interesse para os Municípios de Ílhavo, nomeadamente aqueles que moram na Légua, no Casal, perto das Quintãs, Cimo e Vila, Moitinhos, porque a qualidade de vida nestes lugares aumentou substancialmente com a diminuição de tráfego.

Destaca o subsídio extraordinário atribuído pela Câmara ao Lar de S. José, realçando a importância de que o futuro é tratar da juventude e dos idosos. Até hoje, a obra tem sido unicamente apoiada pelos paroquiantes, tendo o Governo nunca apoiado, inclusive chumbou a candidatura do PARES.

Reage a história alusiva ao espelho, dizendo que há participação em associações, através do trabalho e dedicação de cada um. É sua opinião que o PSD só poderá, como tem sido até hoje, ser maioria no Concelho, porque consegue integrar, motivar, incluir pessoas que gostam e querem dar de si em prol de todos os ilhavenses, nomeadamente nas associações, de forma abnegada e desinteressada têm feito também para terem qualidade de vida neste Concelho.

Solicita esclarecimentos sobre as obras entre a EN 109 e o Novo Centro Cultural.

JORGE TADEU: Analisando três temáticas da acção camarárias refere que: a primeira está relacionada com a atribuição de um subsídio extraordinário ao Lar de S. José. Comenta que a Câmara, mais uma vez, está a substituir o Governo Central no nosso Município, visto que nenhuma das candidaturas no Concelho ao programa PARES foi aprovada; A segunda, são as bolsas de estudo, que têm um cariz diferente de muitas bolsas atribuídas no País, porque a partir do momento em que é atribuída e os dois itens que são avaliados, que são o mérito e a sua condição económico/social, não se altere, a Câmara garante ao estudante até à conclusão da sua licenciatura ou dos seus estudos, o acompanhamento objecto com o dinheiro para que o jovem continue a estudar; A terceira e última, ocorreu há cerca de três semanas, aquando da apresentação do QREN, ou seja o IV Quadro Comunitário de Apoio. Este QCA, como já foi afirmado publicamente por todos os partidos com assento nesta Assembleia Municipal, vem com atraso. Sabendo que o QREN, como é reconhecido por exemplo, pelo próprio Conselho Económico e Social, foi o QCA menos discutido e menos participado desde que existem QCA em Portugal, e o facto de há sete trimestres consecutivos o investimento estar a cair, questiona quais as implicações que esse atraso na apresentação do QREN, dos Programas Operacionais e dos Regulamentos que virão, terão para a autarquia e para os investimentos autárquicos, que estão previstos para este ano e para os próximos anos, até 2013, que é o período de vigência do QREN.

PEDRO PARRACHO: Lamenta informar que a situação do Venda Ambulante na Costa Nova continua sem alterações visíveis e que apesar de alguma actuação da GNR, a situação continua por resolver.

Quanto à actividade municipal, destaca a recepção oficial do 8º Capítulo Gastronómico, onde se passou a ter a patanisca de honra que é agora um elemento gastronómico oficial da Câmara de Ílhavo. Demonstra que a Câmara continua a trabalhar, e em consonância com as instituições e com associações, com rumo traçado, pois o bacalhau é o nosso lema.

FÁTIMA BOLA: Salieta que apesar de ser actividade municipal de dois meses, ela é bastante, nomeadamente na proposta que apresenta para as Comemorações dos setenta anos do Museu. Estas provam que há um Museu dinâmico, atractivo, perguntando qual o plano de divulgação e os seus objectivos. Destaca a atracção do Navio Museu Santo André, que durante o corrente mês voltará à doca na Gafanha da Nazaré. Perante a participação da Câmara na BTL, pergunta, quais foram os resultados atingidos.

EDUARDO FERREIRA: Começa por dizer que o CDS/PP está satisfeito com a reabertura do Museu Marítimo Santo André, que é um pólo museológico e que é necessário às populações vindouras para testemunhar realmente o que foi a pesca do bacalhau, que tende a ser abandonada.

Em resposta aos comentários do membro Flor Agosta, refere que também detém contactos com imensas pessoas que trabalham directamente com instituições tanto de crianças, como de idosos, a mão de obra voluntária que não quer destaque social.

FRANCISCO GRANGEIA: Concordando com o membro Pedro Parracho, refere que apesar de a situação da venda ambulante não se encontrar resolvida, já há notórias melhorias.

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Perante as questões colocadas pelo membro Flor Agostinho, informa que as Estradas de Portugal estão atrasadas uns largos meses para entregar o projecto de qualificação urbana da EN 1009, que derivou das suas obrigações no âmbito da desclassificação da estrada em 2004. Dado haver um compromisso reagendado até ao final do 1º semestre deste ano para que o projecto seja entregue, a Câmara continua a aguardar.

Refere ainda que a operação que está desenhada, se resume ao faseamento daquilo a que se chama de qualificação urbana do centro da cidade. Existem três operações: uma, que está em curso, é a construção do Centro Cultural com todas as suas valências, isto é, parque de estacionamento, seis unidades comerciais, uma praça pedonal que deriva do parque de estacionamento, o Edifício Cultural/ Grande Auditório e duas áreas de exposição; a segunda, refere-se à qualificação do espaço público envolvente, isto é, todo o espaço que vai desde a rotunda do Poder Local até ao cruzamento da 25 de Abril com a EN 109, incluindo o Largo do Bispo e a Praça da República. Esta operação tem desde o ano passado um Estudo Prévio aprovado e está em desenvolvimento o seu projecto de execução que foi entregue ao Arquitecto Projectista do próprio Centro Cultural; por fim a terceira operação, que é a intervenção Poente CCI, isto é, a intervenção sobre o pequeno conjunto de construções que existem entre o gaveto da 25 de Abril com a EN 109, e o gaveto da Santo António com a EN 109. Será feita a manutenção da construção do gaveto da 25 de Abril com a EN109, que é um elemento Arte Nova, com relevância arquitectónica e a demolição de todas as outras, que vão desde a Travessa de Santo António, como também a construção de um edifício de três pisos. Dado o Estudo Prévio não se encontrar finalizado, estas informações são uma mera referência nesta fase.

Informa que já houve reuniões de trabalho negocial com os proprietários e os inquilinos. Portanto, diz que de forma sumária informou o conjunto das acções que já estão a mudar e qualificar o centro da Cidade, sede do Município.

Agradece as referências feitas pelos membros Jorge Tadeu e Flor Agostinho, ao apoio ao Lar São José. Lamenta a atitude do Governo, de ter chumbado a candidatura deste Projecto ao PARES, reconhecendo a importância social desta obra. Dado o Lar necessitar de obras, entende muito bem que a instituição tenha avançado com o projecto de ampliação e remodelação. Espera que no futuro, o Governo olhe para as candidaturas das instituições de uma forma diferente, até porque é sabido que algumas instituições estão já a preparar novas candidaturas ao PARES, no procedimento que está aberto neste momento para recepção de candidaturas. Infelizmente a candidatura do Lar de S. José, como as outras cinco foram chumbadas pelo Governo que curiosamente só chumbou candidaturas em dois dos dezanove concelhos do Distrito de Aveiro, uma das quais foi o Concelho de Ílhavo.

O atraso do QREN vai provocar à Câmara e a todas a entidades que querem ser beneficiárias do QREN, atraso na execução de investimentos. Correr-se-ão riscos por a ilegibilidade da despesa reportar a 1/01/07, mas sabendo as condições financeiras existentes e as regras do QCA em que o poder total de decidir está no Governo, arriscar, é um acto excessivamente arriscado numa dimensão grande, podendo-se avançar com uma ou outra obra.

Informa que o governo já decidiu o destino de 40% das verbas do Programa Operacional Principal, que é o da valorização territorial, e que abrange doze obras, das quais destaca a OTA e o TGV. Por isso vai-se trabalhar no sentido de obter o máximo de Fundos Comunitários, tanto no âmbito da Câmara Municipal, Área Metropolitana de Aveiro como também na Sociedade Anónima.

Ao membro Pedro Parracho, agradece a sua intervenção, nomeadamente a referência à nossa patanisca, associado a um gesto de homenagem e também ao trabalho interessante de promoção da nossa gastronomia que a Confraria Gastronómica do Bacalhau tem vindo a realizar.

Ao membro Francisco Garngeia, informa que não enviou a acta da Assembleia Municipal ao Sr. Ministro por dois motivos: primeiro, porque é a Mesa da assembleia que tem competência para o fazer e segundo, dado a acta ter sido aprovada no decorrer desta reunião, esse exercício só pode ser feito a partir desta altura.

Ao membro Fátima Bola, responde que o programa do Museu pretende chegar a dois mundos: o mundo da referência ao passado, gesto de homenagem a quem construiu o Museu durante setenta anos, Gente profissional, voluntária, e anónima, e o Museu para novos universos, onde se dá a conhecer a nova gente, gente do País, gente de outros Países, e daí a opção do encontro de Museus Marítimos Internacionais que está no projecto, entre outros.

É sua opinião que houve um balanço positivo na participação da Câmara na BTL, porque o stand foi visitado por milhares de pessoas, mas também porque se marcou presença na promoção da imagem, feita através do Museu Marítimo, edifício principal e Navio Santo André, Costa Nova com a referência dos seus Palheiros e o Farol da Barra, e como também como os Cardadores de Vale de Ílhavo.

Quanto às referências sobre o Parque de Campismo mencionadas pelo membro Francisco Garngeia, indica que estão a ultimar um acordo com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, para fazer o trabalho técnico de definir com pormenor a operação de substituição do coberto florestal do Parque de Campismo da Barra. Neste momento informa que as operações realizadas com alguma regularidade, são o corte de pinheiros secos (mortos). Em relação ao PDM, diz que a CCDRC está novamente a trabalhar na matéria, tendo ocorrido uma importante reunião em Dezembro, encontrando-se agendadas outras tantas reuniões.

Quanto à ausência de diálogo em relação ao Quartel da GNR, diz que o membro deverá estar a falar do Ministro da Administração Interna e não a Câmara pelos motivos já expostos.

Em relação à garganta dos amadores, lembra que se trata de terreno privado, daí o investidor ser privado e não uma entidade pública, nomeadamente a Câmara Municipal.

A obra do saneamento da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo, está numa fase de encerramento nas ruas secundárias. Está-se a ultimar com o empreiteiro uma operação de pavimentação das ruas secundárias que foram intervencionadas, para acto imediato seguir para a intervenção de encerramento das condutas nas ruas principais, Rua do Carmo e Rua da Encarnação e a decorrer nas próximas semanas. Houve atraso na obra devido a uma das empresas do Consórcio ter um processo de transformação do seu capital social, em capital social de um seu credor.

Os Planos de Pormenor estão em boa fase de evolução.

Ao membro José Loureiro, informa que a Carta Educativa está prevista estar formalmente terminada no final do mês de Março. Esclarece que o edifício que está junto à Piscina Municipal da Gafanha da Nazaré é a EMER – Escola Municipal de Educação Rodoviária, que dá formação ao nível teórico e com aplicação prática em termos de educação rodoviária a todas as crianças e jovens do concelho de Ílhavo, e de muitos concelhos do País.

No âmbito do seu aniversário, em Março, prevê-se, fazer uma operação de relançamento da escola para outros universos, para que aquele investimento possa ser também mais rentabilizado.

Quanto ao pedido efectuado pelo membro José Loureiro, responde que para visitar todos os edifícios municipais é necessário efectuar um plano de visita de forma a visitar aqueles que mais interesse lhe desperta.

Ao membro Eduardo Ferreira diz que a Câmara continua muito crítica em relação ao Programa de Enriquecimento Curricular, transmitindo essa opinião em reuniões com a Coordenadora Educativa da área de Aveiro, com a DREC, quer com a Ministra através da ANMP. Este programa é uma confusão porque tem problemas de estruturação fundamentais. No entanto, o Estado sabe onde estão as insuficiências, as dificuldades, as deficiências, e que apesar disso se está a fazer um trabalho de forma a gerir o melhor possível, obtendo um balanço positivo. O balanço negativo tem a ver com o princípio da não universalidade, dando como exemplo de quando era a Câmara Municipal a dar o desporto escolar no Município, 100% das crianças do 1º ciclo tinham desporto escolar e com o Governo a impor este modelo de desporto escolar no enriquecimento curricular, só 50% das nossas crianças é que aderiram ao programa. É de opinião que a música, o inglês, o desporto escolar, as expressões plásticas e a informática, deveriam pertencer ao plano curricular do 1º ciclo, e não no enriquecimento curricular, onde a adesão das crianças, é de decisão voluntária dos seus pais. Assim, é a posição da ANMP sensibilizar o Governo para perceber, que tendo aspectos positivos o programa, tem de facto uma gravidade de não permitir a

universalidade do acesso das crianças, com problemas que ficam a seguir para o 2º ciclo, nomeadamente na formação desportiva, na formação na área da música, e na formação na área do Inglês. Por isso, diz que não é a capacidade da Câmara que está em causa, mas sim o desenho e a estrutura do próprio programa que está errado.

Em relação à Comissão de Trânsito, informa que já aprovou as reformulações de trânsito da Gafanha do Carmo, Gafanha da Encarnação e Gafanha da Gafanha da Nazaré, encontrando-se a fechar o plano respeitante à Freguesia de São Salvador.

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Solicita que fique em actas as intervenções relacionadas com a proposta por si apresentada e não votada pela Assembleia.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO: O Presidente da Mesa informou que terminada a discussão da ordem do Dia, perguntou ao público presente nas galerias do Salão Nobre, se estava interessado em intervir, tendo apenas Horácio Manuel da Conceição Melo, residente em Ílhavo, manifestado tal desejo, pelo que lhe foi dada a palavra de imediato: -----

HORÁCIO MELO: Começa por agradecer à Câmara Municipal de Ílhavo por ter homenageado o seu querido amigo João Carvalho dos Santos, que tanto fez pela freguesia, atribuindo o seu nome a uma rua. Pergunta qual é a opinião do Presidente da Câmara relativamente ao abate de árvores que foi feito na Sr.^a dos Campos, bem como o estado em que deixaram o pinhal.

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder: -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Agradece o seu gesto perante a decisão de a Câmara homenagear o João de Carvalho, atribuindo o seu nome a um arruamento num sítio digno, próximo da Biblioteca Municipal. Quanto à questão da Senhora dos Campos, refere que o sucedido foi mau, em que levaram os troncos e deixaram a ramada, mas o que vai acontecer é péssimo e inacreditável, como é que entidades do Ministério da Agricultura estão a gerir como já o fizeram, como vão fazer proximamente na mancha florestal, a Colónia Agrícola ou Senhora dos Campos, e também parte da zona da Mata Nacional localizada imediatamente a Sul da Estrada da Mota.

Informa que tem havido uma luta sem sucesso para que a operação de abate seja sucedida por uma operação de reflorestação, porque é inaceitável o corte do coberto florestal da Mata Nacional, o corte do Coberto Florestal da Senhora dos Campos/Colónia Agrícola sem uma operação sucedânea de reflorestação.

Após devido esclarecimento e não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião pelas 00 horas e 55 minutos. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Dinis Gandarinho, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 05/04/2007.